



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

RELATÓRIO DESEMPENHO DO PLS 2025



Fevereiro/2026



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Presidente

Desembargador Federal Francisco Roberto Machado

Vice-Presidente

Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira

Corregedor Regional

Desembargador Federal Leonardo Resende Martins

Diretora Geral

Telma Roberta Vasconcelos Motta

Diretor da Divisão de Gestão Estratégica e Governança

David Montalvão Junior

Elaboração:

Setor de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão
da Divisão de Gestão Estratégica e Governança
da Diretoria Geral do TRF5

Projeto Gráfico e Diagramação

Adriele Noronha Barbosa da Silva - SJRN
Cláudia Pessoa Tavares de Lyra - TRF5
Magnus Henrique de Medeiros - SJRN
Tatiana Toraci Gois - TRF5



Aponte a câmera do celular no QR code para acessar o
TRF5 Sustentável

Comissão Gestora Regional do Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 5ª Região

Juíza Federal, **Danielli Farias Rabêlo Leitão Rodrigues**

Presidente da Comissão Gestora Regional do PLS da JF5

Adriele Noronha Barbosa da Silva (Secretaria Administrativa - SJRN)

Carlos Alberto das Chagas e Souza (Secretaria Administrativa - SJPB)

Ernani Lucena Maciel (Diretoria de Administração Predial -TRF5)

Flúvio do Amaral de A. e Melo (Diretoria de Segurança Institucional - TRF5)

Gisele Rosemberg de Macedo Maciel (Secretaria Administrativa - SJAL)

Isaura Ângela Rodrigues Aragão (Divisão de Desenvolvimento Humano da Diretoria de Gestão de Pessoas - TRF5)

Johnmary Vital de Araújo (Diretoria de Tecnologia da Informação - TRF5)

Juliana Lemos Nunes (Secretaria Administrativa - SJPE)

Juliana Mendonça de Souza (Secretaria Administrativa - SJSE)

Marcelo Nobre Tavares (Diretoria Administrativa - TRF5)

Raquel Aguiar Monteiro (Secretaria Administrativa - SJCE)

Solange Gomes Fonseca Pereira (TRFMED - Autogestão em Saúde)

Tatiana Toraci Gois (Setor de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão da Divisão de Gestão Estratégica e Governança da Diretoria-Geral - TRF5)



Grupo Executivo do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Abisail Ribeiro de Oliveira Júnior (Núcleo de Aquisições e Contratações - DA)

Johnmary Vital de Araújo (Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI)

Laís Rodrigues Silva (Diretoria de Divisão de Desenvolvimento Humano - DGP)

Marcos Fontellas Sugahara (Diretoria de Autogestão em Saúde - TRFMED)

Maria Etelvina Natário Tedim de Sá Leite (Núcleo de Assistência à Saúde - DA)

Robert Nogueira do Nascimento (Setor de Almoxarifado - DA)

Samuel de Almeida Lázaro Neto (Diretoria de Segurança Institucional - DSI)

Shirley Campos de Barros (Divisão de Cerimonial e Relações Públicas - PRES)

Tatiana Toraci Góis (Setor de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão - DG)

Urbano Ramos de Andrade Lima Filho (Diretoria de Administração Predial - DAP)



SUMÁRIO

Apresentação	7
Painel BI de Sustentabilidade	8
Destaques 2025	9
Resumo dos Resultados	11
Análise dos Resultados	12
Justiça Carbono Zero	31
Considerações Finais	37



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Desempenho Anual apresenta informações e análises sobre o cumprimento das metas e a execução das ações previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS) da Justiça Federal da 5ª Região. O presente documento contempla os **resultados alcançados no exercício de 2025 pelo Tribunal Regional Federal**.

Instituído pela **Resolução CNJ nº 400/2021** e suas atualizações, o PLS constitui instrumento de gestão estratégica que orienta a adoção de práticas voltadas à racionalização do uso de recursos, à redução de impactos socioambientais e ao fortalecimento da responsabilidade institucional do Poder Judiciário.

Alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, à Política de Sustentabilidade da Justiça Federal, ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o PLS, no âmbito do TRF5, conta com a **participação de diversas unidades administrativas, promovendo uma atuação integrada e transversal**.

Em atendimento ao disposto no art. 10 da Resolução CNJ nº 400/2021, este relatório contempla, além do **desempenho dos indicadores monitorados, a análise das ações previstas no Plano de Ação do PLS com início de execução ou conclusão em 2025**.

Registre-se, que, por meio do Ato Deliberativo nº 5, de 26 de fevereiro de 2026, a Comissão Gestora Regional do PLS/JF5 **aprovou a atualização monetária das metas financeiras do exercício de 2025 relativas aos indicadores de gastos com Limpeza, Vigilância, Telefonia e Manutenção Veicular**, mediante a aplicação do índice de 33,53% sobre a média histórica do triênio de referência (2018, 2019 e 2023). A medida, fundamentada na variação acumulada do IPCA e detalhada em estudo técnico da Divisão de Estatística do Tribunal, teve por finalidade recompor o valor real das metas para expressão em moeda de dezembro de 2025, **assegurando maior transparência, fidedignidade e comparabilidade na avaliação dos resultados** apresentados neste Relatório de Desempenho.

Destaca-se, ainda, que as atualizações promovidas pelas **Resoluções CNJ nº 550/2024 e nº 594/2024**, que incorporaram o tema Equidade e Diversidade e instituíram o Programa Justiça Carbono Zero, respectivamente, já se encontram contempladas neste relatório.



PAINEL BI SUSTENTABILIDADE

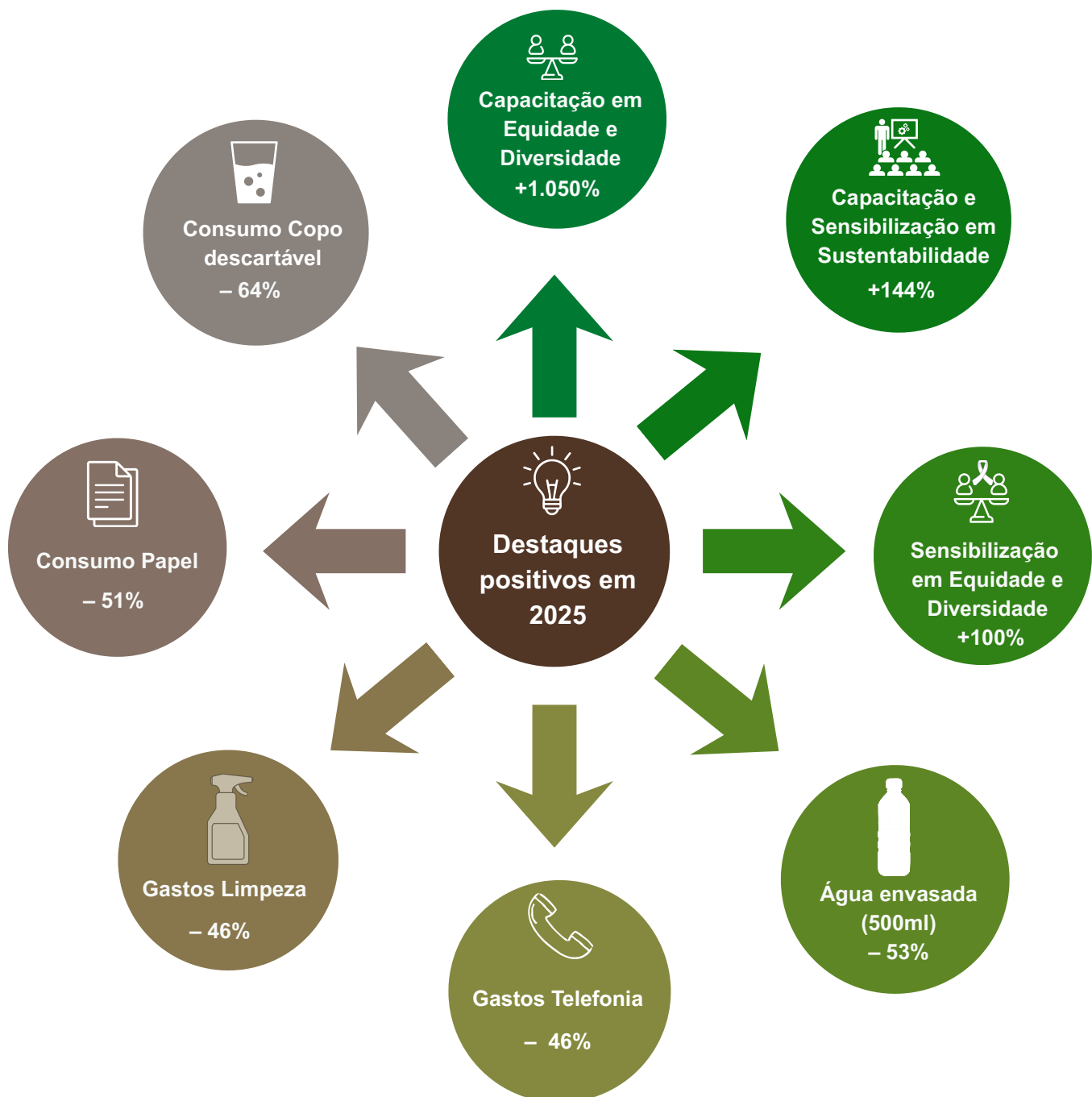
Em 2025, o Painel de Business Intelligence de Sustentabilidade consolidou-se como um **instrumento estratégico de gestão e de transparência**, permitindo o acompanhamento integrado, coletivo e interativo das metas, dos resultados e das ações previstas no Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 5ª Região (PLS/JF5).

O painel tem contribuído para a melhoria da visualização e do gerenciamento do desempenho regional ao longo dos ciclos do PLS, viabilizando o **monitoramento contínuo dos indicadores**, tanto em relação às metas quanto aos resultados alcançados, por meio de gráficos dinâmicos, atualizados periodicamente pelas unidades gestoras. Em meados do ano, com o objetivo de ampliar ainda mais a acessibilidade e a compreensão das informações, o painel passou por aprimoramentos em seu layout e por ajustes em seu conteúdo.

Link para acesso ao painel BI: <https://portalbi.trf5.jus.br/portal-bilpainel.html?id=3954>



DESTAQUES DE 2025 EM RELAÇÃO À META





Energia Elétrica

2024 - 2.210 kWh/per capita
2025 - 2.664 KWh/per capita



Energia Elétrica

2024 - 38,33 kWh/m²
2025 - 44,94 Kwh/m²



Água e esgoto

2024 - 19,50 m³/per capita
2025 - 18,96 m³/per capita



Água e esgoto

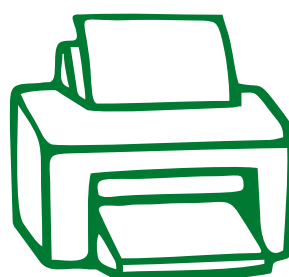
2024 - 0,34 m³/m²
2025 - 0,32 m³/m²



Resíduos

(metal, plástico, papel e vidro)

2024 - 2.447 kg
2025 - 5.768 kg



Impressões

2024 - 490.591
2025 - 475.933



RESUMO DOS RESULTADOS



Meta alcançada



Meta não alcançada

Indicador	Unidade de Medida	Meta	Resultado	Situação
1. Papel	resma	1.758	866	
2. Copos Descartáveis	cento	168	60	
3. Água Envasada 20l	garrafão	9.831	9.439	
3A. Água Envasada 500ml	unidade	5.812	2.750	
4. Impressão	unidade	788.929	475.933	
5. Energia elétrica	kWh/m²	50,04	44,94	
5. 1 Energia elétrica	kWh/per cap	2.865	2.664	
6. Água e Esgoto	m³/m²	0,27	0,32	
6.1 Água e Esgoto	m³/per cap	15,60	18,96	
7. Gestão de Resíduos	kg	13.490	5.768	
8. Reformas e construções	percentual	100%	100%	
9. Limpeza	R\$/m²	78,74	42,75	
10. Vigilância	milhares(R\$)	4.511	3.699	
11. Telefonia	milares (R\$)	261	140	
12. Veículos	milhares(R\$)	120	156	
13. Combustível	litros	29.968	47.315	
14. Aquisições e Contratações	percentual	70%	100%	
15. Qualidade de vida	ação	32	33	
16. Sensibilização e Capacitação em Sustentabilidade	ação	9	22	
17A. Equidade e Diversidade - Capacitação	ação	2	23	
17B. Equidade e Diversidade -Sensibilização	ação	2	4	

ANÁLISE DOS RESULTADOS

1

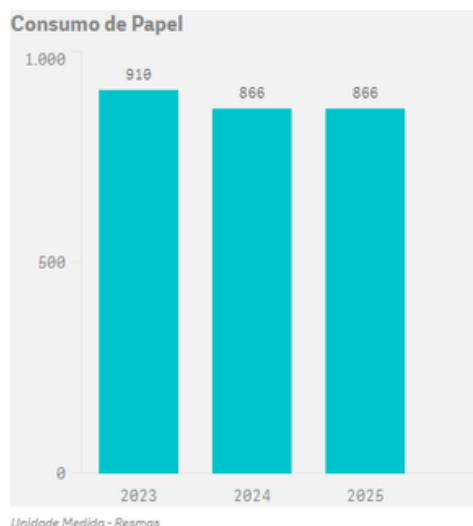
Papel



Objetivo: Racionalizar o consumo de papel no TRF5

Meta: Consumo de até 1.758 resmas

Resultado: Consumo de 866 resmas



Análise dos Resultados:

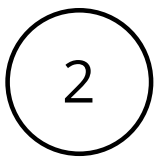
O consumo de papel permaneceu amplamente inferior ao limite planejado, evidenciando adoção consistente de práticas de racionalização e maior aderência a fluxos digitais. O resultado de 866 resmas representa superação expressiva da meta, sinalizando maturidade nas rotinas de uso consciente, padronização de processos e redução de impressões desnecessárias. Esse desempenho reforça o compromisso institucional com a eficiência no uso de recursos e contribui indiretamente para a mitigação de emissões associadas à cadeia de suprimentos, em alinhamento às diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero.

Ações realizadas

A unidade responsável, Setor de Almoxarifado, executou as iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS para alcançar o resultado apresentado, com destaque para as seguintes ações:

- Avaliação da distribuição, com controle de solicitações pela média de consumo histórica — medida efetiva e coerente com a diretriz de otimização da distribuição.
- Informação de consumo, via painel BI com metas, permitindo controle gerencial e acompanhamento contínuo.
- Empenho na execução de ação específica de reforço do consumo consciente (comunicação e sensibilização).





Copo descartável



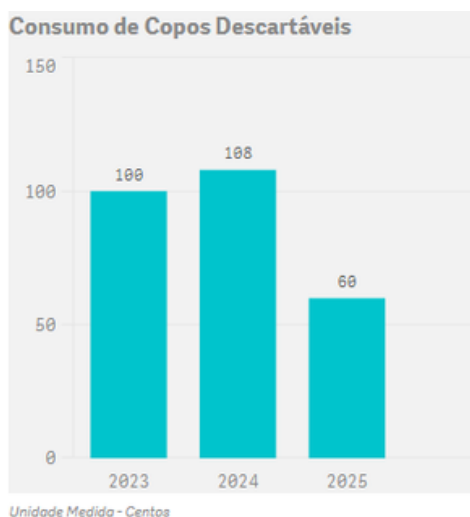
Objetivo: Reduzir o consumo de copos descartáveis (cento)

Meta: Consumo de até 168 centos

Resultado: consumo de 60 centos



Análise dos Resultados:



O consumo de copos descartáveis apresentou desempenho amplamente favorável, encerrando o período com 60 centos, muito abaixo da meta definida. O resultado demonstra adesão significativa ao uso de utensílios permanentes e consolidação de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho. A redução expressiva confirma a efetividade das iniciativas de sensibilização e reforça o compromisso institucional com a diminuição de resíduos plásticos de uso único, contribuindo para os objetivos do Programa Justiça Carbono Zero.

Ações realizadas

A unidade responsável, Setor de Almoxarifado, atendeu de forma parcial aos componentes do plano de ação. Realizou as seguintes ações:

- Estímulo ao uso de utensílios de longa duração pelo quadro de pessoal (distribuição de canecas);
- Prática de eliminação do uso de descartáveis, mantendo, para atendimento do público externo, a oferta de copos biodegradáveis (solução compatível com a diretriz de sustentabilidade).

Plano parcialmente cumprido em virtude do cancelamento do ação “aquisição de bebedouros de pressão”, sob responsabilidade da Diretoria de Administração Predial.





Água envasada (20 litros)



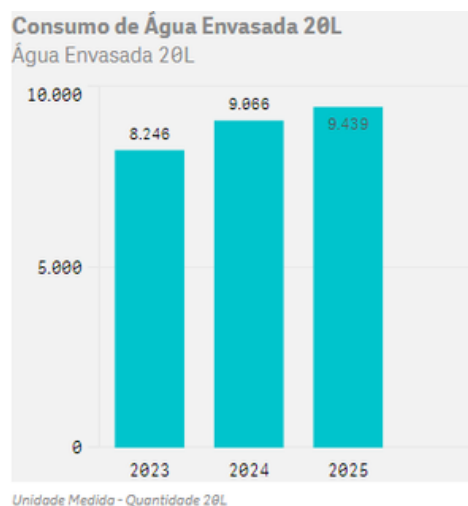
Objetivo: Racionalizar consumo e gastos com estes insumos no TRF5

Meta: Consumo de até 9.831 unidades

Resultado: Consumo de 9.439 unidades



Análise dos Resultados:



O consumo de garrações de 20 litros apresentou comportamento estável e alinhado ao planejamento, encerrando o exercício com 9.439 unidades, volume inferior ao limite estipulado. O resultado demonstra controle adequado do uso e racionalização do abastecimento, refletindo práticas administrativas mais eficientes e coerentes com as diretrizes de consumo responsável. A manutenção de níveis reduzidos reforça o compromisso institucional com sustentabilidade e otimização de recursos.

Ações realizadas:

A unidade responsável, Diretoria de Administração Predial (DAP), cumpriu integralmente o plano de ação, a saber:

- Incorporação de critérios de sustentabilidade na contratação, atentando para a oferta de garrações fabricados com materiais ambientalmente sustentáveis e/ou de menor impacto ambiental nos seus processos de fabricação, logística reversa, reciclagem/reuso.
- A ação de "substituição dos garrações por purificadores de água" foi cancelada por inviabilidade.



3.1

Água envasada (500 ml)



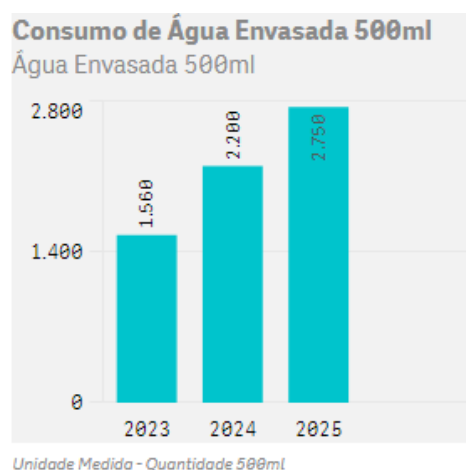
Objetivo: Racionalizar consumo e gastos com estes insumos no TRF5

Meta: Consumo de até 5.812 unidades

Resultado: Consumo de 2.750 unidades



Análise dos Resultados:



O consumo de garrafas de 500 ml apresentou redução bastante expressiva, totalizando 2.750 unidades, desempenho significativamente inferior ao limite definido. A redução demonstra efetiva substituição por recipientes permanentes e consolidação de práticas que diminuem o uso de plásticos descartáveis. O resultado reflete engajamento institucional e contribui diretamente para mitigação dos impactos gerados pela geração de resíduos.

Ações realizadas:

A unidade responsável, Divisão de Cerimonial e Relações Públicas, implementou as iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS para atingir esse resultado, com destaque para:

- Manutenção do uso de copos de vidro nos eventos internos e reuniões administrativas, reduzindo a necessidade de garrafas plásticas.
- Diminuição progressiva do número de garrafas nos frigobares dos desembargadores, promovendo um consumo mais sustentável.
- Estímulo, junto aos magistrados, do consumo de água em taças durante as sessões de turmas e plenos, reduzindo o uso de recipientes descartáveis



4

Impressão



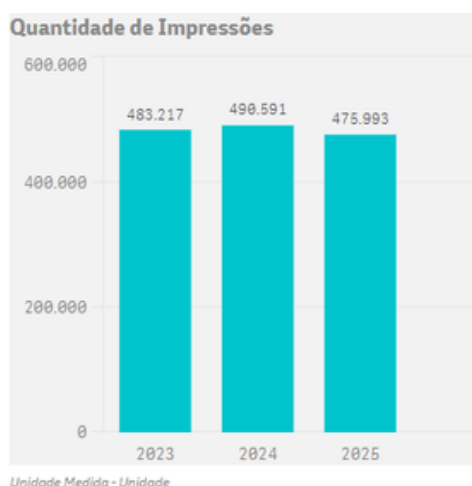
Objetivo: Racionalizar a quantidade de impressões no trf5 e aprimorar os processos afetos ao tema

Meta: Até 788.929 impressões

Resultado: 475.933 impressões



Análise dos Resultados:



O volume de impressões permaneceu controlado e muito inferior ao limite estabelecido, atingindo 475.933 impressões ao longo do exercício. O desempenho indica adesão consistente à digitalização de processos e ao uso consciente dos recursos de impressão. A redução alcançada contribui de maneira relevante para a diminuição do consumo de insumos e para o alinhamento às diretrizes de sustentabilidade e eficiência administrativa.

Ações realizadas:

A unidade responsável, Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), implementou as iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS majoritariamente. Quatro ações encontram-se atendidos:

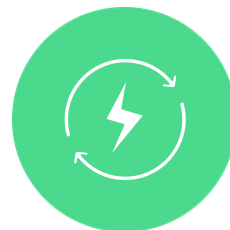
- levantamento da quantidade de impressões por unidade ;
- análise dos quantitativos;
- campanha sobre o uso consciente de impressões;
- colaboração digital.

A ação “aperfeiçoar o outsourcing” está em execução, por meio do estudo de liberação de impressão por senha, que é uma melhoria reconhecida de eficiência, segurança e redução de desperdício.



5

Energia elétrica



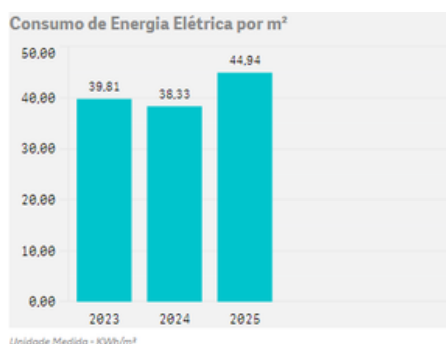
Objetivo: Reduzir os gastos, racionalizar o consumo e investir em fontes alternativas de energia

Meta: Consumo de até 50,04 KWh/m²

Resultado: Consumo de 44,94 KWh/m²

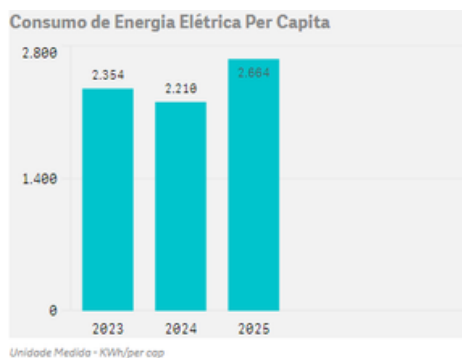


Análise dos Resultados:



Meta: Consumo de até 2.865 KWh **per capita**

Resultado: Consumo de 2.664 KWh **per capita**



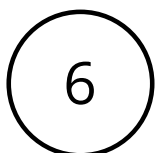
O Tribunal cumpriu as metas estabelecidas para 2025, registrando 44,94 kWh/m² (limite 50,04) e 2.664 kWh per capita (limite 2.865). Em ambos os recortes, o consumo permaneceu abaixo dos limites (-10,19% e -7,02%, respectivamente), evidenciando racionalização do uso e controle de gastos. Observou-se, contudo, elevação frente a 2024 em kWh/m² e em kWh per capita, o que recomenda a intensificação de medidas de eficiência e a aceleração de projetos estruturantes, como a expansão fotovoltaica e a migração para o Mercado Livre de Energia, em linha com a estratégia institucional e com o Programa Justiça Carbono Zero.”

Ações realizadas:

A unidade responsável, Diretoria de Administração Predial (DAP), implementou as iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS para atingir esse resultado, com destaque para:

- Monitoramento da eficiência energética;
- Mapeamento do consumo e dos gastos;
- Implementação de novas usinas fotovoltaicas (em fase de viabilidade técnica);
- Migração/compra no mercado livre (pesquisa ativa em curso).





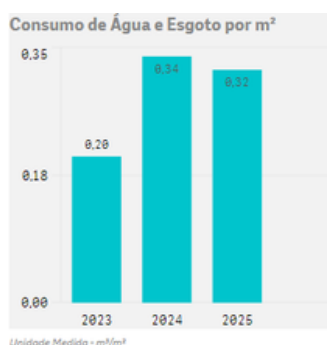
Água e Esgoto



Objetivo: Racionalizar o consumo e os gastos com água e esgoto no TRF5

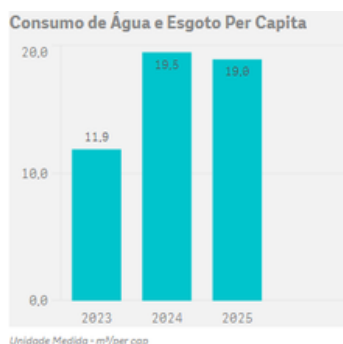
Meta: Consumo de até 0,28 m³/m²

Resultado: Consumo de 0,32 m³/m²



Meta: Consumo de até 15,60 m³/per capita

Resultado: Consumo de 18,96 m³/per capita



Análise dos Resultados:

O desempenho do indicador demonstra avanços importantes, porém ainda insuficientes para o alcance das metas estabelecidas pelo TRF5. Apesar de o consumo ter apresentado redução entre 2024 e 2025, tanto o indicador por área (m³/m²) quanto o indicador per capita permanecem acima dos limites definidos, com excedentes de 16,03% e 21,54%, respectivamente.

As iniciativas implementadas pela DAP — como o uso de águas pluviais e o monitoramento preventivo das instalações hidráulicas — revelam aderência às diretrizes de sustentabilidade, contribuindo para a reversão parcial da tendência de alta observada no ano anterior. Os resultados indicam que as ações adotadas estão no caminho correto, mas ainda demandam ampliação e aperfeiçoamento para gerar impacto suficiente na redução do consumo.

Ações realizadas:

A unidade responsável, Diretoria de Administração Predial (DAP), implementou iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS, com destaque para:

- Utilização de águas pluviais em sistemas prediais e na irrigação dos jardins;
- Monitoramento das instalações hidráulicas, incluindo ações preventivas e foco explícito em redução de consumo.

As medidas adotadas demonstram aderência às diretrizes de sustentabilidade e à racionalização do uso da água.





Gestão de resíduos



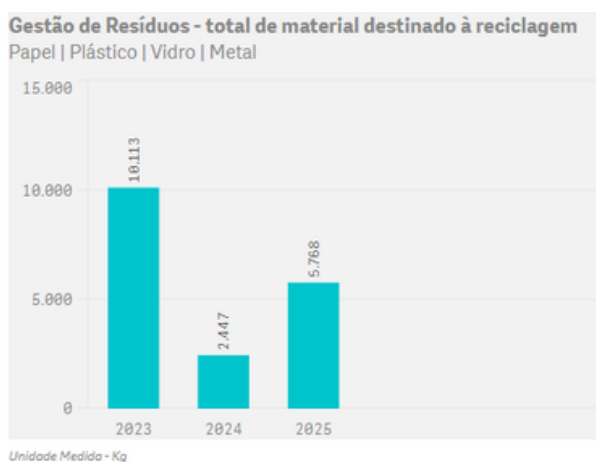
Objetivo: Incentivar a coleta seletiva junto ao corpo funcional e ampliar a destinação de resíduos à reciclagem

Meta: Até 13.490 kg de Metal, plástico, papel e vidro

Resultado: 5.768 kg de metal, plástico, papel e vidro



Análise dos Resultados:



O volume de resíduos destinados à coleta seletiva totalizou 5.768 kg, permanecendo abaixo da meta estabelecida. Embora o resultado possa indicar menor disponibilidade de material reciclável em razão de redução na geração de resíduos, evidencia também continuidade das práticas de separação e destinação ambientalmente adequada. O desempenho reforça a atuação institucional em prol da economia circular e da gestão correta dos resíduos produzidos.

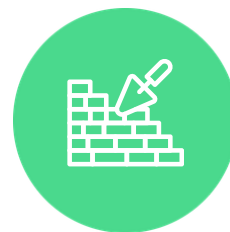
Ações realizadas: A unidade responsável, Diretoria de Administração Predial (DAP), implementou amplamente iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS, com destaque para:

- Continuidade operacional da coleta seletiva;
- Fortalecimento das parcerias com as cooperativas;
- Parceria com mais uma novo cooperativa;
- Aprimoramento da medição e controle dos resíduos com destinação adequada;
- Educação ambiental ativa e transparência das ações;
- Realização e publicação, inclusive no RPE, do inventário de GEE;
- Manejo adequado dos resíduos de serviços de saúde.



8

Reformas e construções



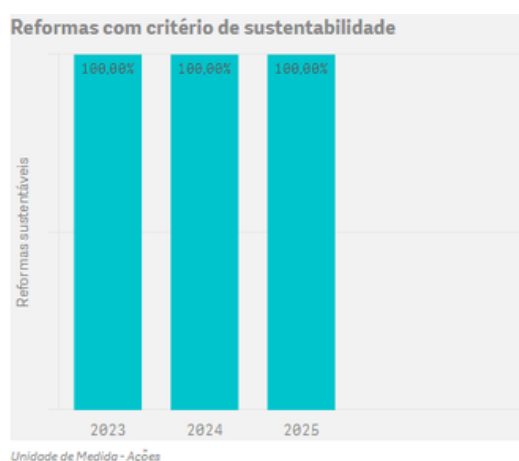
Objetivo: Sempre utilizar critérios de sustentabilidade nas reformas

Meta: Atingir 100% das reformas com critérios de sustentabilidade

Resultado: 100% das reformas com critérios de sustentabilidade



Análise dos Resultados:



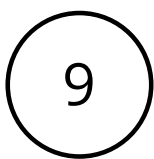
As reformas e construções realizadas mantiveram 100% de aderência aos critérios de sustentabilidade, conforme definido na meta. O desempenho confirma a consolidação de práticas de construção responsável, alinhadas ao uso eficiente de recursos, redução de impactos e fortalecimento das diretrizes ambientais da instituição.

Ações realizadas: A unidade responsável, Divisão de Obras e Serviços de Engenharia da Diretoria Administrativa (DA), implementou iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS, com destaque para:

- Seleção e uso de materiais certificados e/ou com menor impacto ambiental;
- Execução de reformas nas unidades sob diretrizes de sustentabilidade (gestão de resíduos, eficiência energética, bem-estar e segurança).

O Plano de ação foi cumprido uma vez que os todos os editais passaram a incorporar requisitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica.





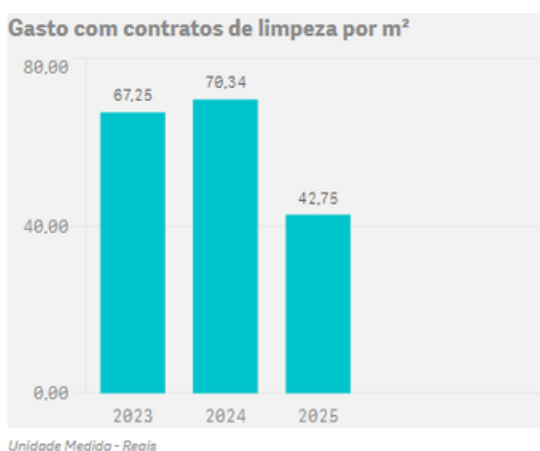
Limpeza



Objetivo: Racionalizar os gastos com contrato de limpeza

Meta: Até R\$ 78,64 /m² de gasto relativo (reajustada pelo IPCA)

Resultado: R\$ 42,75 /m² de gasto relativo



Análise dos Resultados:

O indicador evidencia um resultado muito favorável, com forte redução de custos frente ao planejado. Considerando os níveis de serviço preservados, trata-se de um ganho real, que pode inclusive servir para revisão de baseline e otimização do orçamento futuro.

Ações realizadas:

A unidade responsável, Diretoria de Administração Predial (DAP), implementou as iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS, com destaque para:

- Monitoramento via BI;
- Inclusão de produtos biodegradáveis e sustentáveis no contrato;
- Revisão contratual, com adequações ambientais incorporadas ao novo contrato (em andamento).

As ações realizadas demonstram aderência às diretrizes de sustentabilidade e reforçam a evolução da gestão de limpeza para práticas mais responsáveis e alinhadas às exigências ambientais contemporâneas.



10

Vigilância



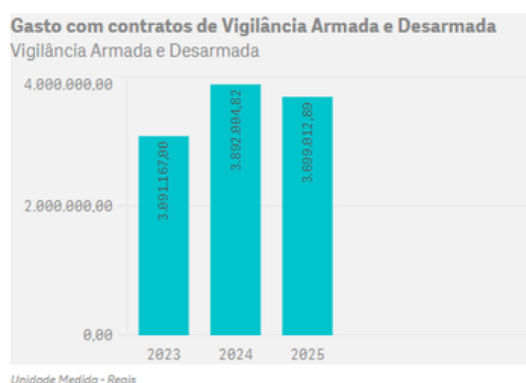
Objetivo: Racionalizar os gastos com serviço de vigilância no TRF5

Meta: Até R\$ 4.511.458,50 de gastos com contrato (*reajustada pelo IPCA*)

Resultado: R\$ 3.699.012,89 de gastos totais com contrato



Análise dos Resultados:



O gasto com os serviços de vigilância totalizou R\$ 3.699.012,89, apresentando desempenho abaixo da meta reajustada pelo IPCA, estabelecida em R\$ 4.511.458,50. O resultado evidencia uma diferença de aproximadamente R\$ 812 mil (cerca de 18%), demonstrando que o Tribunal conseguiu racionalizar os custos e manter o contrato dentro dos limites previstos mesmo diante do reajuste inflacionário aplicado à meta.

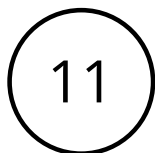
A análise da evolução histórica aponta que, após o aumento observado em 2024, houve uma redução consistente em 2025, indicando controle mais eficiente da execução contratual. Assim, o indicador confirma o cumprimento da política de racionalização, reforçando a importância de manter o monitoramento contínuo para sustentar esse resultado ao longo dos próximos períodos.

Ações realizadas:

A unidade responsável, Diretoria de Segurança Institucional (DSI), implementou iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS, com destaque para:

- Monitoramento do contrato vigente, incluindo metas e indicadores, por meio do painel BI, o que reforçou a governança e permitiu melhores condições para a contratação;
- Revisão contratual, indicando avanços no tema.





Telefonia



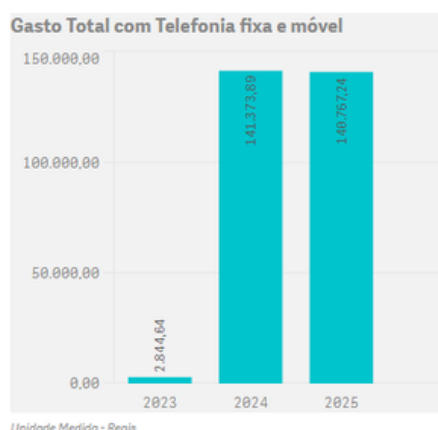
Objetivo: Racionalizar os gastos com serviço de telefonia fixa e móvel no TRF5

Meta: Até R\$ 261.427,41 de gastos com telefonia fixa e móvel *(reajustada pelo IPCA)*

Resultado: R\$ 140.767,24 de gastos totais com telefonia fixa e móvel



Análise dos Resultados:



O indicador de telefonia cumpriu a meta atualizada (R\$ 261.427,41) com ampla folga. O gasto apurado foi de R\$ 140.767,24, ficando R\$ 120.660,17 abaixo do limite (equivalente a 46,15% de economia; utilização de 53,85% do teto). A evolução do período mostra estabilidade entre 2024 e 2025, com leve redução de 0,43% (de R\$ 141.373,58 para R\$ 140.767,24), evidenciando controle consistente das despesas. Registra-se que a meta foi atualizada conforme as diretrizes vigentes, e, mesmo após o reajuste, o resultado permaneceu confortavelmente dentro do limite.

Ações realizadas:

A unidade responsável, Diretoria de Administração Predial (DAP), implementou iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS para alcançar esse resultado, com destaque para:

- Monitoramento dos resultados por meio do painel BI de Sustentabilidade, fortalecendo o controle gerencial e possibilitando a otimização contínua dos custos, ao permitir a identificação ágil de desvios, tendências e oportunidades de melhoria na execução contratual.
- Revisão contratual, em andamento, indicando aderência ao planejamento e evolução adequada dentro do ciclo contratual.



12

Veículos



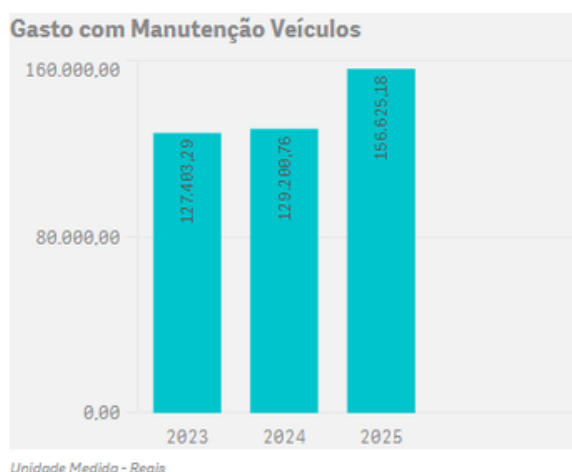
Objetivo: Racionalizar os gastos com manutenção veicular no TRF5

Meta: Até R\$ 120.417,77 de gastos com manutenção (*reajustada pelo IPCA*)

Resultado: R\$ 156.625,18 de gastos com manutenção



Análise dos Resultados:



O indicador de manutenção de veículos não atingiu a meta atualizada de R\$ 120.417,77. O resultado apurado foi de R\$ 156.625,18, representando um excedente de R\$ 36.207,41, equivalente a 30,07% acima do limite estabelecido.

A análise da evolução mostra que os gastos permaneceram relativamente estáveis entre 2023 (R\$ 127.483,29) e 2024 (R\$ 129.208,76), com variação de 1,35%. Em 2025, contudo, observa-se uma elevação significativa, atingindo R\$ 156.625,18, o que corresponde a um aumento de 21,22% em relação a 2024 e de 22,86% em relação a 2023.

Esse comportamento indica que, embora os níveis anteriores estivessem próximos do patamar da meta, o movimento ascendente em 2025 levou o indicador a ultrapassar o limite definido pela meta atualizada, caracterizando desempenho desfavorável no período.

Ações realizadas:

O conjunto de ações implementadas pela unidade responsável, Diretoria de Segurança Institucional (DSI) evidenciam avanços relevantes na gestão da frota, especialmente no que diz respeito ao aperfeiçoamento dos controles, da organização e da racionalização do uso dos veículos. Eis as ações desenvolvidas:

- Em andamento um sistema eletrônico para solicitação de veículos oficiais para missões diárias;
- Sempre que há viabilidade, a Manutenção dos veículos fora da garantia tem sido realizada aproveitando-se a mão-de-obra da oficina própria do TRF%;
- Doação de 01 (um) veículo em 2025;
- Realização de escala diária com as missões, aproveitando-se, sempre que possível, o mesmo veículo e motorista para itinerários e horários próximos;
- Gerenciamento e conscientização junto aos setores que mais demandam para que prezem pela reunião de atividades para cumprimento conjunto.



13

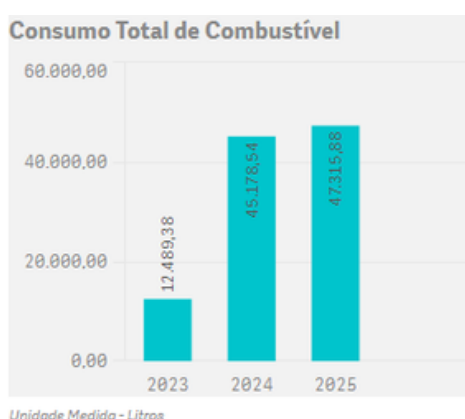
Combustível



Objetivo: Racionalizar o consumo e os gastos com combustível no trf5 contribuindo, assim, para minimizar o impacto ambiental

Meta: Consumo de até 29.968 litros

Resultado: Consumo de 47.315 litros



Análise dos Resultados:

O consumo de combustível totalizou 47.315 litros, superando a meta prevista. O resultado aponta aumento no uso da frota e necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de racionalização. A elevação reforça a importância de ações voltadas à redução de consumo e mitigação das emissões associadas, alinhadas ao Programa Justiça Carbono Zero.

Ações realizadas:

O conjunto de ações implementadas pela unidade responsável, Diretoria de Segurança Institucional (DSI) evidenciam avanços relevantes na gestão da frota, especialmente no que diz respeito ao aperfeiçoamento dos controles, da organização e da racionalização do uso dos veículos. Eis as ações desenvolvidas:

- Realização de escala diária com as missões, aproveitando-se, sempre que possível, o mesmo veículo e motorista para itinerários e horários próximos;
- Gerenciamento e conscientização junto aos setores que mais demandam para que prezem pela reunião de atividades para cumprimento conjunto.

Embora o Setor de Transporte tenha implementado tais medidas internas de racionalização, observou-se que as solicitações de veículos pelos setores demandantes permanecem, em grande parte, fragmentadas e sem planejamento adequado, resultando em maior consumo de combustíveis e menor eficiência logística.

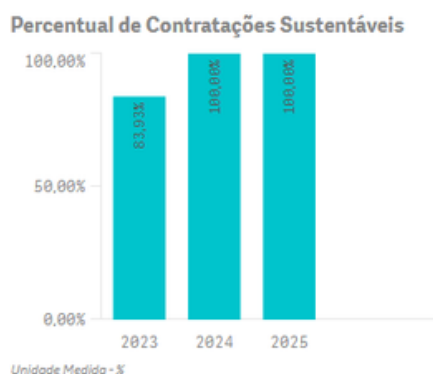




Objetivo: Aumentar o número de licitações feitas com critérios de sustentabilidade no TRF5

Meta: Mínimo de 70% de contratações sustentáveis

Resultado: 100% de contratações sustentáveis



Análise dos Resultados:

O indicador apresentou desempenho exemplar, atingindo 100% de contratações com critérios de sustentabilidade. O resultado confirma incorporação sistemática de práticas responsáveis nas aquisições, fortalecendo a governança socioambiental e promovendo maior eficiência institucional.

Ações realizadas:

Em 2025 foram realizadas 41 contratações e todas incluíram critérios de sustentabilidade. Com destaque para : a) a observância ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do CNJ, ao Manual de Sustentabilidade das Compras e Contratações do Poder Judiciário e à Guia Nacional de Contratações Sustentáveis; b) atendimento às Resoluções do CNJ relacionadas à sustentabilidade (incluindo as Resoluções nº 400/2021, nº 401/2021 e nº 497/2023); c) fomento à participação feminina, com perspectiva interseccional de raça e etnia; d) incentivo à ocupação mínima de 50% de mulheres na execução contratual, conforme a Resolução CNJ nº 255/2018; e) observância de critérios de equidade de gênero, raça e etnia, com divulgação transparente nos portais institucionais; f) ações de combate ao assédio moral e sexual e à discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual.



15

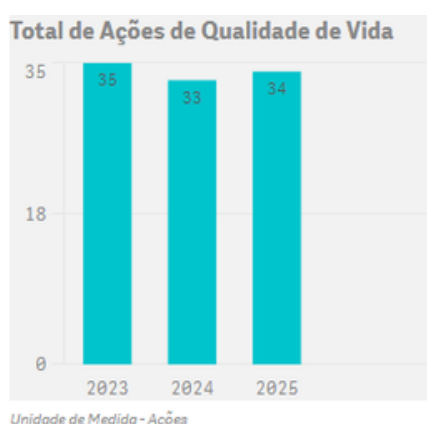
Qualidade de vida



Objetivo: Incentivar a participação em ações de qualidade de vida no trabalho

Meta: Realizar 32 ações de qualidade vida no trabalho

Resultado: Realizadas 33 ações, incluindo de qualidade de vida e solidárias



Análise dos Resultados:

O indicador de Qualidade de Vida apresentou desempenho positivo no período analisado. A meta estabelecida — a realização de 32 ações — foi atingida e superada, com a execução de 33 iniciativas, incluindo ações de qualidade de vida e ações solidárias. Esse resultado demonstra o compromisso institucional com a promoção do bem-estar no ambiente de trabalho e evidencia capacidade de planejamento e execução das atividades previstas.

Ações realizadas:

As unidades responsáveis, Divisão de Desenvolvimento Humano (DDH) e Núcleo de Assistência à Saúde (NAS), implementaram as iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS para atingir esse resultado, com destaque para:

- ampla cobertura de temas de saúde física e mental;
- fortalecimento das ações de valorização e integração;
- promoção de educação em saúde e bem-estar;
- incentivo efetivo à vacinação e prevenção;
- expansão de temas voltados à sustentabilidade e consciência ambiental;
- participação ativa da comunidade interna em eventos de responsabilidade social.

O conjunto das ações demonstra evolução na promoção de bem-estar, engajamento institucional e alinhamento às metas do PLS, fortalecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.





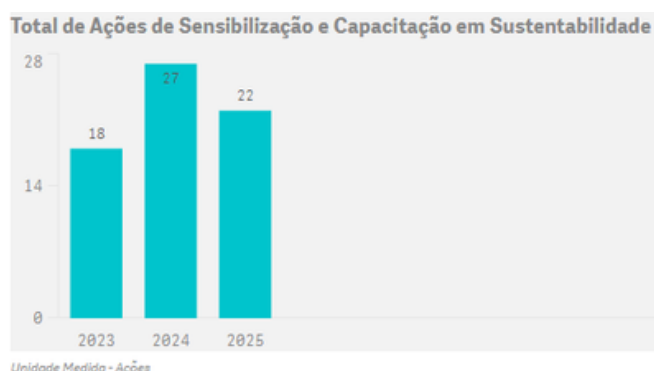
Objetivo: Realizar ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade, buscando ampliar o envolvimento da força de trabalho

Meta: Realizar, no mínimo, 09 ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade

Resultado: Realizadas 22 ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade



Análise dos Resultados:



O indicador de capacitação e sensibilização em sustentabilidade apresentou desempenho superior ao planejado, alcançando 13 ações, número que ultrapassa a meta estabelecida para o período. O resultado evidencia engajamento crescente das unidades e fortalecimento das iniciativas educativas voltadas ao tema, ampliando a disseminação de práticas sustentáveis entre magistrados, servidores e colaboradores. A execução acima do esperado demonstra maturidade institucional na promoção de conhecimento e na incorporação de valores socioambientais à cultura organizacional, contribuindo para o alinhamento contínuo às diretrizes do PLS e ao avanço das políticas de sustentabilidade do órgão.

Ações realizadas:

As unidades responsáveis, Divisão De Desenvolvimento Humano (DDH) e Comissões/Comitês atuantes em temas relacionados ao PLS, implementaram iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS para atingir esse resultado, com destaque para:

- Capacitação Regional sobre o Programa Justiça Carbono Zero - Curso Direitos da Natureza, com foco jurisdicional; Palestra e Oficina Criativa durante a Semana do Meio Ambiente; Cursos oferecidos em parceria pela Rede ECOS-PE.
- Iluminação do Edifício-Sede nas cores associadas às campanhas realizadas ao longo do ano;
- Ampliação do espaço para temas da Sustentabilidade;
- Palestra sobre Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa com transmissão ao vivo para as Seções da JF5;
- Incentivo à coleta seletiva de materiais recicláveis,;





Capacitação em Equidade e diversidade



Objetivo: Realizar ações de capacitação e de sensibilização em equidade e diversidade

Meta: Realizar, no mínimo, 02 ações de capacitação e sensibilização em equidade e diversidade

Resultado: Realizadas 23 ações de capacitação e sensibilização em equidade e diversidade



Análise dos Resultados:



A execução das ações de capacitação em equidade e diversidade atingiu um patamar amplamente superior ao planejado, totalizando 23 iniciativas ao longo do exercício. O resultado representa não apenas o cumprimento da meta, mas uma demonstração clara da priorização estratégica da agenda inclusiva dentro da instituição. O volume expressivo de atividades realizadas evidencia o compromisso em fortalecer a cultura organizacional com base em princípios de pluralidade, respeito e valorização das diferenças, ampliando a conscientização do corpo funcional e promovendo ambientes de trabalho mais acolhedores e equitativos. Esse desempenho posiciona o órgão de forma exemplar no avanço de políticas de diversidade, reforçando sua responsabilidade institucional com práticas alinhadas a direitos humanos, justiça social e governança sustentável.

Ações realizadas:

As unidades responsáveis, Divisão de Desenvolvimento Humano (DDH) e Comissões/Comitês atuantes em temas relacionados ao PLS, implementaram as iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS para atingir esse resultado, com destaque para:

- Programa "Envelhecer com Saúde": iniciativa está alinhada ao Comitê Regional de Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades (Copopi/JF5).
- Curso Regional "Liberdade Religiosa: um Direito de Todos".
- Semana de combate e prevenção ao assédio: curso "Escuta Ativa"; curso de "Prevenção moral e sexual no ambiente de trabalho"; Oficina "Rota das Emoções".
- Agosto Lilás: curso de Defesa pessoal para mulheres; e
- Semana de Acessibilidade: oficina Caminhos da Inclusão; palestra Quando eu mudo, o mundo muda, curso Atendimento Inclusivo;



17

Sensibilização em Equidade e diversidade



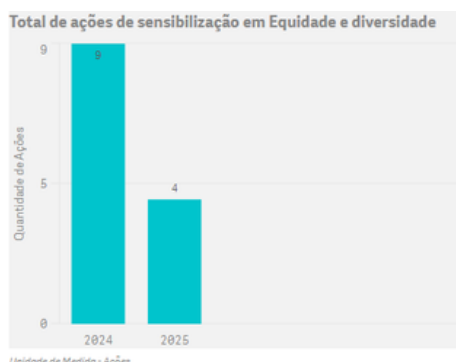
Objetivo: Realizar ações de capacitação e de sensibilização em equidade e diversidade

Meta: Realizar 02 ações de sensibilização em equidade e diversidade

Resultado: Realizadas 04 ações de sensibilização em equidade e diversidade



Análise dos Resultados



O indicador de sensibilização em equidade e diversidade apresentou desempenho positivo, totalizando 4 ações realizadas ao longo do exercício — o dobro da meta estabelecida. Esse resultado evidencia o esforço contínuo da instituição em fortalecer uma cultura organizacional mais consciente, inclusiva e comprometida com a promoção da diversidade. As iniciativas desenvolvidas ampliam o alcance das mensagens de respeito e valorização das diferenças, contribuindo para ambientes de trabalho mais acolhedores e alinhados às diretrizes institucionais voltadas à equidade.

Ações realizadas:

As unidades responsáveis, Divisão de Desenvolvimento Humano e Comissões/Comitês atuantes em temas relacionados ao PLS, implementaram as iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS para atingir esse resultado, com destaque para as ações:

- Instalação do Banco Vermelho, símbolo nacional da luta pelo fim da violência contra a mulher, na entrada do edifício-sede.
- Realizada "Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação" com encontro regional das Comissões, curso de formação sobre escuta ativa para membros das comissões, curso regional sobre discriminação, assédio moral e sexual no trabalho; e Oficina "Rota das Emoções" para servidores e terceirizados;
- 4ª Semana de Acessibilidade e Inclusão da JF5 com tema Acessibilidade Atitudinal contemplando ações regionais (campanha educativa, palestras, oficina, curso sobre Atendimento Inclusivo) e ações locais no Tribunal (lançamento do Portal dedicado ao tema de Acessibilidade e visita aos Gabinetes e unidades administrativa para divulgação);
- Celebração de Ação de Graças ecumênica.



JUSTIÇA CARBONO ZERO

Instituído pela **Resolução CNJ nº 594/2024**, o Programa Justiça Carbono Zero tem como finalidade alcançar a neutralidade de carbono em todos os órgãos do Poder Judiciário até o ano de 2030, em consonância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da adoção de medidas voltadas à elaboração de inventários, à redução e à compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes de suas atividades.

A implementação do **Programa Justiça Carbono Zero representa um compromisso estratégico do Poder Judiciário brasileiro com a sustentabilidade e com a mitigação das mudanças climáticas**, alinhando-se às diretrizes e às metas nacionais e internacionais de redução das emissões de GEE.

Ciente de seu papel institucional, o Tribunal tem participado ativamente desse processo, desde a elaboração do Inventário de Emissões de GEE até a construção de seu plano de descarbonização, reafirmando uma postura proativa e responsável na contribuição para o alcance dos objetivos climáticos nacionais e internacionais.

INVENTÁRIOS DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução CNJ nº 594, de 8 de novembro de 2024, o **Tribunal elaborou seus inventários com base na metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol**, visando à quantificação das emissões geradas em decorrência das atividades desempenhadas pela instituição.

Nos termos do §1º do referido artigo, os inventários abrangem as emissões diretas (escopo 1), as emissões indiretas associadas ao consumo de energia elétrica (escopo 2) e outras emissões indiretas (escopo 3), como os deslocamentos aéreos realizados por servidores a serviço do Tribunal e os deslocamentos terrestres casa-trabalho.

Os diagnósticos apresentados nos relatórios de 2023 e 2024 ofereceram à gestão do TRF5 uma visão abrangente dos indicadores de emissões de GEE, possibilitando uma análise comparativa entre os dois anos inventariados.

Em 2023, as emissões totais de GEE somaram 1.356,02 toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e). Já em 2024, esse valor foi reduzido para 1.197,20 tCO₂e, representando uma diminuição de 11,7%. Essa redução não se limitou ao total de emissões, mas também se refletiu na intensidade de emissões por funcionário, que diminuiu de 1,223 tCO₂e/funcionário em 2023 para 1,066 tCO₂e/funcionário em 2024, representando redução de 12,83%.



No Escopo 1, verificou-se uma redução de 18,9% nas emissões. Por outro lado, o Escopo 2 registrou um aumento de 54,7% no total de emissões, enquanto o Escopo 3 apresentou uma redução de 14,9% na comparação entre os exercícios.

É importante destacar que a diminuição das emissões do **Escopo 3** em 2024 foi impulsionada, principalmente, pela redução nas categorias "Deslocamento casa-trabalho" e "Viagens a negócios".

Em contrapartida, o **Escopo 2** teve um aumento relevante nas emissões de energia elétrica (passando de 80,78 para 125,01 tCO₂e). Isso se explica pela mudança no fator de emissão relacionado à energia elétrica entre os anos.

O **Escopo 1** apresentou uma leve redução, com destaque para a queda na categoria "Combustão móvel". Apesar da variação nos valores absolutos entre os anos e da redução nas emissões totais de 2023 para 2024, a distribuição percentual entre os escopos manteve-se estável, indicando um padrão consistente no perfil de emissões da instituição.

A redução nas emissões totais de um ano para outro demonstra que **a instituição está trilhando um caminho de redução de emissões**, alinhada com os objetivos de combate às mudanças climáticas globais.

Destaca-se no período o **funcionamento da usina fotovoltaica instalada** no estacionamento do TRF5, que se consolidou como uma aliada na mitigação das emissões de GEE. No total, **foram gerados 773,0 MWh de energia solar** ao longo dos dois anos, **evitando aproximadamente 34,33 tCO₂e**.

Em 2023, a geração de 442,43 MWh evitou 16,95 tCO₂e, correspondendo a 21% das emissões do Escopo 2 naquele ano. Em 2024, houve o desligamento parcial da usina em função da reforma do edifício Anexo, o que ocasionou uma menor geração (330,62 MWh). Mesmo assim, o volume evitado foi superior (17,38 tCO₂e), devido ao aumento do fator de emissão da energia convencional — o que evidencia o papel estratégico da geração própria como ferramenta de compensação.

A **geração fotovoltaica evitou, no período, cerca de 16,7% das emissões totais do Escopo 2**, reforçando a importância de expandir a infraestrutura de geração renovável no âmbito institucional.

A evolução dos resultados evidencia o impacto positivo das medidas implementadas, especialmente no que se refere à redução das emissões. Esse progresso está diretamente relacionado às metas e ações do Plano de Logística Sustentável (PLS), reforçando o compromisso do TRF5 com a sustentabilidade e com a melhoria contínua de seus processos institucionais.



AÇÕES DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GEE - ESCOPO 1

Modernização do Sistema de Climatização do Edifício-sede

Ação relevante decorrente do convênio com a Universidade Federal de Pernambuco, a modernização do sistema de climatização do Edifício Sede, consistiu na substituição do antigo conjunto de chiller/fan coil e tanque de termoacumulação por um sistema de climatização do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow – Fluxo de Gás Refrigerante Variável), reconhecido por sua maior eficiência energética e menor impacto ambiental.

ODS contemplados: 4, 7, 8, 9, 11,12, 13 e 17.

Compostagem sustentável

O Tribunal vem intensificando a prática de compostagem de resíduos orgânicos provenientes da manutenção de seus jardins, especialmente folhas e flores. Atualmente, a instituição dispõe de quatro composteiras, cada uma com 8 m², que produzem, em média, 50 kg de adubo orgânico a cada quatro meses. Esse volume é suficiente para suprir a demanda de adubação das árvores, canteiros e vasos do edifício-sede e da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região.

Resultados Alcançados: Redução significativa do volume de resíduos orgânicos, com aproveitamento para a produção de adubo de alta qualidade; Economia de recursos financeiros, ao evitar a compra de adubos químicos, mais caros e com maior impacto ambiental; Melhoria da qualidade do solo, por meio da aplicação de composto orgânico; Conscientização ambiental de servidores e da comunidade sobre a importância da compostagem e da destinação correta dos resíduos.

Contribuições para a Descarbonização: Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE): ao evitar a liberação de metano decorrente da decomposição de resíduos em aterros sanitários; Sequestro de carbono: o adubo orgânico favorece a fixação de carbono no solo, aumentando sua capacidade de retenção; Economia energética: a produção de composto orgânico demanda menos energia do que a fabricação de adubos químicos; Menor poluição a prática evita a contaminação do solo e da água associada ao uso de fertilizantes sintéticos.

ODS contemplados: 6, 11, 12, 13 e 15.



AÇÕES DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GEE - ESCOPO 2

Instalação de Parque Fotovoltaico

No campo da energia elétrica, a instituição investe na modernização, expansão e melhoria da eficiência energética de suas instalações, a partir de projeto elaborado em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Destaca-se a geração de energia fotovoltaica, iniciada em 2021 e atualmente composta por cinco usinas solares, responsáveis por evitar, apenas nos anos de 2023 e 2024, cerca de 16,7% das emissões totais de gases de efeito estufa do Tribunal.

Tais resultados reforçam a relevância da ampliação da infraestrutura de geração renovável no âmbito institucional.

ODS contemplados: 4, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 17.

TRF5 no Mercado Livre de Energia

O TRF5 está conduzindo estudos visando à migração para o Mercado Livre de Energia. A medida permitirá à instituição adquirir energia proveniente de fontes renováveis, como a solar ou a eólica, diretamente de usinas geradoras, com impacto direto na redução das emissões de gases de efeito estufa.

A participação do TRF5 no Mercado Livre de Energia fomentará a competitividade e promoverá a diversificação de sua matriz elétrica, permitindo que a instituição gerencie de forma mais estratégica o consumo de energia.

ODS contemplados: 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 17.

AÇÕES DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GEE - ESCOPO 3

Ampliação da Reciclagem

Com o objetivo de ampliar o reaproveitamento de materiais recicláveis, o TRF5 expandiu o cadastro de cooperativas e instituições parceiras responsáveis pela coleta seletiva. Entre os resíduos coletados destacam-se: plásticos em geral, papelão, papéis, alumínio, eletroeletrônicos e outros materiais.



Essa atuação resulta na redução do desperdício, no aumento das oportunidades de trabalho e no fortalecimento da economia circular.

Somente no primeiro semestre de 2025, em parceria com o Instituto de Inovação Circular (IEC), o TRF5 destinou, corretamente, cinco toneladas de resíduos eletrônicos, o que resultou em uma economia de dois milhões de litros de água potável, redução de 50,38 barris de petróleo, mitigação de 1.500 kg de emissões de gases de efeito estufa e diminuição de 29,72 kg de metais pesados, consolidando os benefícios sociais, ambientais e econômicos dessas ações.

Destaca-se que o Tribunal obteve o Selo E-WASTE - certificação que reconhece instituições públicas e privadas pelo compromisso com a gestão sustentável de resíduos eletrônicos. A certificação evidencia práticas responsáveis de descarte, reaproveitamento e reciclagem, realizadas em parceria com cooperativas e o IEC, reforçando o compromisso da instituição com a sustentabilidade, inclusão social e geração de oportunidades de trabalho.

Crítérios de sustentabilidade em Reformas e Obras Alinhado às práticas contemporâneas de responsabilidade socioambiental

O Tribunal vem incorporando, de forma sistemática, diretrizes de sustentabilidade em seus processos de reforma, obras e reorganização de layout. Entre as principais medidas adotadas, destacam-se: Planejamento orientado por normas e princípios de edificações sustentáveis; Monitoramento contínuo de custos e do desperdício de materiais; e Reaproveitamento de materiais, sempre que técnica e economicamente viável. Atualmente, 100% das obras e reformas executadas no âmbito do TRF5 observam critérios sustentáveis, o que reforça o compromisso institucional com a preservação ambiental e a eficiência na utilização dos recursos públicos.



AÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

A compensação de emissões constitui um desdobramento natural das ações de qualquer instituição comprometida com o enfrentamento do aquecimento global. Nesse contexto, o Tribunal atua, inicialmente, na gestão dos gases de efeito estufa (GEE), buscando mitigar suas emissões da forma mais eficiente possível. Em seguida, empenha-se na compensação daquelas emissões que não puderam ser evitadas.

Nessa perspectiva, o TRF5 vem adotando, desde 2024, ações voltadas à compensação de emissões de CO₂. Naquele ano, durante a Semana do Meio Ambiente, o Setor de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão do Tribunal, com o **objetivo de sensibilizar a coletividade para a causa ambiental**, promoveu a distribuição de 300 mudas de plantas diversas ao corpo funcional e aos visitantes do Tribunal. A receptividade positiva da iniciativa motivou sua ampliação em 2025.

Como resultado, **foram produzidas 850 mudas, distribuídas em dois eventos distintos: 600 mudas durante a Semana do Meio Ambiente, realizada em junho de 2025, e 250 mudas na Semana da Pauta Verde**, promovida pela Corregedoria.

Ressalte-se que as mudas são resultado de um processo iniciado de dois a três meses antes dos eventos, com a participação da equipe de jardinagem do TRF5. **O trabalho envolve desde a coleta das matrizes, passando pelo plantio, enraizamento, rega e adubação. Todo o processo ocorre em área reservada do jardim do Tribunal e utiliza adubo produzido nas composteiras institucionais.**

A etapa final desse processo consiste na distribuição das mudas, acompanhada de orientações aos beneficiários sobre os cuidados necessários para o adequado desenvolvimento das plantas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho apresentado neste Relatório de Execução do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, referente ao exercício de 2025, evidencia avanços significativos na consolidação da agenda de sustentabilidade no âmbito institucional. Os resultados demonstram maturidade crescente na gestão de recursos, fortalecimento das práticas de eficiência operacional e aprofundamento do compromisso do Tribunal com as diretrizes nacionais e internacionais voltadas à responsabilidade socioambiental.

Os indicadores monitorados revelam **desempenho amplamente satisfatório na maior parte dos temas avaliados**, com destaque para a **expressiva redução no consumo de papel, copos descartáveis e água envasada**, bem como na **diminuição de impressões e de gastos com limpeza, vigilância e telefonia**. Observa-se, ainda, a ampliação de ações voltadas à capacitação, à qualidade de vida, à equidade e à diversidade. Esses resultados reforçam a **atuação integrada entre as unidades administrativas, a efetividade das ações previstas nos planos setoriais e o potencial transformador das iniciativas de sensibilização e educação ambiental**.

A análise também aponta avanços estruturantes, como o fortalecimento do Painel de Business Intelligence de Sustentabilidade, a **incorporação sistemática de critérios socioambientais nas contratações, a execução de obras e reformas alinhadas às diretrizes de sustentabilidade e a ampliação das práticas de gestão responsável de resíduos**. Destacam-se, nesse contexto, as parcerias com cooperativas, a obtenção do Selo E-Waste e a expansão das iniciativas de compostagem orgânica.

No campo climático, merece destaque a elaboração dos inventários de emissões de gases de efeito estufa, a **redução das emissões totais, a ampliação da geração de energia fotovoltaica e o alinhamento progressivo às exigências do Programa Justiça Carbono Zero**, consolidando as bases para a elaboração e implementação do plano de descarbonização institucional.



Apesar dos avanços alcançados, o relatório evidencia **desafios relevantes, especialmente nos indicadores de Água e Esgoto, Combustível e Manutenção de Veículos**, que não atingiram as metas estabelecidas. Esses resultados indicam a necessidade de intensificar as estratégias de racionalização, aprimorar os mecanismos de controle, revisar rotinas e fortalecer ações educativas e preventivas. Os pontos identificados configuram oportunidades para o aperfeiçoamento contínuo e para a evolução das práticas de gestão sustentável.

Em linhas gerais, o desempenho de 2025 demonstra que **o Tribunal vem avançando de forma sólida, integrada e consistente na consolidação de um modelo institucional comprometido com eficiência, transparência, inovação e responsabilidade ambiental**. A continuidade do trabalho colaborativo, aliada ao uso estratégico de dados, ao fortalecimento de rotinas sustentáveis e à modernização de processos, será determinante para assegurar o cumprimento das metas futuras, especialmente aquelas associadas ao Programa Justiça Carbono Zero.

O Tribunal encerra o ano de 2025 com **resultados expressivos** e perspectivas positivas para os anos seguintes, reafirmando seu **compromisso institucional com a sustentabilidade, a governança responsável e a promoção de um ambiente de trabalho mais eficiente, saudável, inclusivo e ambientalmente consciente**.





JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Plano de Logística Sustentável

Relatório de Desempenho 2025

